APUBH
Associação Profissional dos Docentes da UFMG
Seção Sindical da ANDES - SN

Informativo

Nº 3 - MARÇO DE 2002

ELEIÇÕES NA APUBH

O período de gestão da atual diretoria da APUBH, que expiraria em 10 de dezembro foi prorrogado até abril de 2002, por decisão de uma Assembléia Geral dos Professores da UFMG, em função da greve em curso naquele momento.

Seguindo a determinação do seu Estatuto, essa Diretoria faz saber a todos que as eleições para a nova Diretoria Executiva, seus Departamentos e Conselheiros se dará em 17 e 18 de abril de 2002.

Expõe a seguir cópias dos editais publicados nos orgãos de imprensa e a transcrição dos artigos do Estatuto que normatizam o processo.

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA ELEIÇÃO DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS DOCENTES DA UFMG APUBH – SEÇÃO SINDICAL DA ANDES-SN – GESTÃO 2002/2004

Nos termos do Artigo 33, parágrafo único, e do Artigo 34, parágrafos 1º e 2º, do Estatuto da APUBH – UFMG e do Regimento da APUBH – Seção Sindical da ANDES-SN, ficam abertas até o dia 01 de abril de 2002, no horário normal de funcionamento da entidade de 9:00 às 18:00 horas na sede da APUBH – Rua Artur Itabirano, 70, Bairro São José – Pampulha, as inscrições das chapas que concorrerão à eleição da diretoria, com mandato de dois anos.

Os interessados em concorrer deverão registrar a respectiva chapa para a Diretoria Executiva, conforme prevê o Artigo 23, parágrafo 2º, do Estatuto da APUBH – UFMG e do Regimento da APUBH – Seção Sindical da ANDES-SN.

A eleição será realizada nos dias 17 e 18 de abril de 2002, no horário de 9:00 às 18:00 horas e até as 22:00 horas, onde houver curso noturno, sendo instaladas as urnas em todas as unidades da UFMG em Belo Horizonte e em Montes Claros.

Belo Horizonte, 15 de março de 2002.
Beatriz Couto
Presidente

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA ELEIÇÃO DO CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS DOCENTES DA UFMG APUBH – SEÇÃO SINDICAL DA ANDES-SN – GESTÃO 2002/2004

Nos termos dos Artigos 28, 29 e 30, parágrafos 1º e 2º, do Estatuto da APUBH – UFMG e do Regimento da APUBH – Seção Sindical da ANDES-SN, ficam abertas as inscrições para a candidatura ao Conselho de Representantes, com mandato de dois anos.

Os interessados em concorrer deverão registrar-se perante a Junta Eleitoral até as 18:00 horas do dia 16 de abril, véspera da eleição, na sede da APUBH – Rua Artur Itabirano, 70, Bairro São José – Pampulha , ou perante a mesa coletora de votos, durante a eleição, conforme prevê o Artigo 31, parágrafo 1º e 2º, do Estatuto da APUBH – UFMG e do Regimento da APUBH – Seção Sindical da ANDES-SN.

O número de representantes que cada Unidade poderá eleger é:

Arquitetura: 03 (três), **Ciência da Informação**: 03 (três), **Colégio Técnico**: 04 (quatro), **Centro Pedagógico**: 03 (três), **Direito**: 02 (dois), **Belas Artes**: 03 (três), **Educação Física**: 04 (quatro), **Enfermagem**: 04 (quatro), **Engenharia**: 07 (sete), **FACE**: 04 (quatro), **FAE**: 05 (cinco), **FAFICH**: 06 (seis), **FALE**: 05 (cinco), **Odontologia**: 04 (quatro), **Farmácia**: 04 (quatro), **ICB**: 07 (sete), **ICEX**: 08 (oito), **IGC**: 04 (quatro), **Medicina**: 10 (dez), **Música**: 02 (dois), **NCA/MC**: 02 (dois), **Teatro Universitário**: 01(hum), **Veterinária**: 04 (quatro).

A eleição será realizada nos dias 17 e 18 de abril de 2002, no horário de 9:00 às 18:00 horas, e até as 22:00 horas onde houver curso noturno, sendo instaladas as urnas em todas as unidades da UFMG em Belo Horizonte e em Montes Claros.

Belo Horizonte, 15 de março de 2002.
Beatriz Couto
Presidente

Artigo 17º - Os membros do Conselho de Representantes serão eleitos pelos filiados, para esse fim distribuídos em Unidades, assim entendidas: Escola, Faculdade, Instituto ou congênere da UFMG.
Artigo 18º - O Conselho será constituído:
I - por um representante de cada Unidade que tenha até 25 filiados;
II - por dois representantes de cada Unidade que tenha de 26 a 45 filiados;
III - por três representantes de cada unidade que tenha de 46 a 75 filiados;
IV - de quatro representantes de cada Unidade que tenha de 76 120 filiados;
Parágrafo 1º - Para efeito do disposto neste artigo só se computarão os filiados que estejam em pleno gozo de seus direitos.
Parágrafo 2º - A Unidade com mais de 121 filiados elegerá 5 (cinco) representantes e mais 1 (um) para cada acréscimo de 50 (cinqüenta).
Artigo 23º - A Diretoria Executiva, órgão de deliberação, gestão e representação, será composta de 7 (sete) membros efetivos e 2 (dois) suplentes, destituíveis a qualquer tempo pela Assembléia Geral, assim designados: Presidente, 1o Vice-Presidente, 2o Vice-Presidente, 1o Secretário, 2o Secretário, 1o Tesoureiro, 2o Tesoureiro, 1o Suplente, 2o Suplente.
Parágrafo 2º - Poderão ser criados Departamentos, na chapa que concorre à eleição da Diretoria Executiva ou em qualquer época por deliberação da AG, sendo os responsáveis pelos respectivos departamentos, Diretores, eleitos juntamente com a chapa ou pela AG, expirando-se seu mandato com o da Diretoria Executiva.
Da Eleição do Conselho de Representantes
Artigo 28º - a eleição do conselho de Representantes será feita por Unidade, observando o disposto nos Artigos 17, 18 e 36.
Artigo 29º - A eleição se fará, no mínimo, 15 (quinze) dias antes do término do prazo da gestão do Conselho em exercício, e os eleitos tomarão posse na primeira Assembléia Geral Ordinária que se seguir.
Artigo 30º - A eleição será convocada pelo Presidente, pelo menos 30 (trinta) dias antes de sua realização.
Parágrafo 1º - Do edital de convocação constará o número de representantes que cada Unidade poderá eleger.
Parágrafo 2º - 5 (cinco) dias antes das eleições, a Diretoria disporá sobre sua forma de realização em cadaunidade.
Artigo 31º - Cada filiado poderá votar em tantos candidatos quantos forem elegíveis por sua Unidade.
Parágrafo 1º - Será necessária a inscrição da candidatura para o Conselho, devendo ser feita junto à Junta Eleitoral até a véspera da eleição ou durante a mesma, junto à mesa coletora de votos.
Parágrafo 2º - O voto será nominal, secreto e pessoal, sendo obrigatória a identificação do votante.
Da Eleição da Diretoria
Artigo 33º - A eleição da Diretoria será feita, no mínimo 15 (quinze) dias antes do término do prazo da gestão da Diretoria Executiva em exercício e os eleitos tomarão posse na primeira Assembléia Geral Ordinária que se seguir.
Parágrafo único - A eleição será convocada pelo Presidente, pelo menos 30 (trinta) dias antes de sua realização.
Artigo 34º - Os candidatos se registrarão por chapas, para a diretoria Executiva e Departamentos até 15 (quinze) dias antes das eleições, especificando seus nomes, cargos e programa.
Parágrafo 1º - A votação se fará igualmente por chapas, sendo o voto nominal, secreto e pessoal.
Parágrafo 2º - Não havendo registro de chapa em prazo que viabilize o cumprimento do Art. 33, o Presidente convocará AG para deliberar sobre o encaminhamento a ser dado.

A APUBH se coloca à disposição dos interessados para quaisquer esclarecimentos.

CALENDÁRIO

21/03 – Greve Geral chamada pela CUT
22,23 e 24/03 – GT de Política Sindical – Niterói
03 a 06/04 – Seminário sobre Educação Superior – CEFET MG
07/04 – GT Política Educacional, Gênero, Etnia e Classe – CEFET MG
10 a 14/04 – 2º Conferência Municipal de Educação
17 a 18/04 – Eleição para Diretoria da APUBH
23 a 26/04 – 4º CONED – São Paulo
22 e 23/05 – Eleição para Diretoria da ANDES

Audiência com o MEC

Aconteceu, em Brasília, no dia 12 de março uma audiência para discutir a seguinte pauta:

- Instalação das mesas de negociação ANDES/MEC;
- Instalação da mesa sobre assistência estudantil;
- Cronograma e pauta geral dos grupos de trabalho já em curso (FASUBRA/SINASEFE).

Estiveram representados: ANDES-SN, FASUBRA, SINASEFE e UNE.

O secretário da SESU, Francisco César de Sá Barreto, justificou que o atraso na instalação das mesas de negociação decorre de mudanças na SESU e que sua posse formal somente acontecerá na próxima semana (ver data). Informou que encaminhou ao Ministro os estudos sobre o plano de cargos que subsidiará os concursos para os técnicos-administrativos. Quanto à não efetivação das mudanças na GID, em função da modificação da Lei que a instituiu, o professor Francisco César destacou que este assunto deveria ser tratado na presença da SEMTEC.

Em relação aos Hospitais Universitários, cujos problemas mais graves são a sobreposição dos Ministérios da Educação e da saúde, terceirização e privatizações de leitos, a FASUBRA já iniciou a discussão, notadamente na questão de pessoal.

No ítem Assistência estudantil as entidades registraram que acompanharão a UNE nesta mesa.

Ficou estabelecido o seguinte cronograma de trabalho:

18/03 – 9hs – Hospitais Universitários (ANDES-SN, FASUBRA e ANDIFES)

19/03 – 9hs – Carreira (iniciando com os encaminhamentos relativos a GID)

20/03 – 9hs – Assistência estudantil (UNE/ UBES/ ANDES-SN/ FASUBRA/ SINASEFE/ ANDIFES)

A data da mesa de financiamento será definida nos dias 19 e 20, em comum com as entidades.

ELEIÇÃO DA DIRETORIA DA ANDES

Durante a realização do 21º Congresso da ANDES-SN, conforme previsto, foram inscritas duas chapas que concorrerão à Diretoria da ANDES, gestão 2002/2004.

A Chapa 1 denominada ANDES, AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA, encabeçada pelo professor Luiz Carlos Lucas e a Chapa 2, denominada UMA NOVA ANDES É POSSÍVEL: PLURAL E DE LUTA, encabeçada pela Professora Maria Aparecida Ramos de Meneses.

A seguir uma breve apresentação dos dois professores candidatos:

CHAPA 2



Maria Aparecia Ramos de Meneses, 37 anos.

Professora do Departamento de Serviço Social da UFPB.

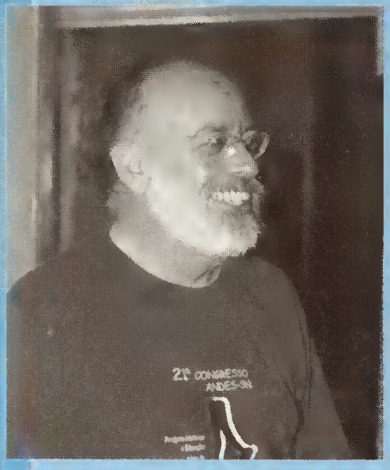
Há 11 anos leciona na instituição.

Doutora em Serviço Social (UFRJ).

Presidente da Associação de Docentes da da Unversidade Federal da Paraíba-JP (2000-2002).

Coordenadora do Setor de Estudos sobre Teoria Social, Trabalho e Cidadania (CECTS) do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPB.

CHAPA 1



Luiz Carlos Lucas professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas.

Créditos de mestrado em Ciência Política na UFMG.

Diploma de DEA na Sorbone, Paris I. Desenvolve pesquisa sobe Cidadania e Políticas Sociais no Brasil, para conclusão de tese.

Presidente da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pelotas (1990/1992).

Atualmente é Vice-Presidente Regional-Rio Grande do Sul, da ANDES/SN.

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

Com o objetivo de aprofundar o debate sobre o processo de endividamento público brasileiro e divulgar a proposta de realização da auditoria da dívida, estará sendo realizado no dia 19 de março de 2002, no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados em Brasília – DF o **Seminário Nacional Auditoria Cidadã da Dívida**. A APUBH se fará representada, na pessoa do professor Elias Antônio Jorge que participará do Painel I: A ORIGEM, O ESTADO ATUAL E OS EFEITOS DA DÍVIDA EXTERNA.

CONGRESSO DA ANDES

O 21º Congresso da ANDES-SN se realizou em Rio Grande – RS no período de 23 a 28 de fevereiro de 2002. A APUBH esteve representada por oito delegados escolhidos em Assembléia Geral. Após o término do Congresso a Diretoria da APUBH convocou uma reunião da Delegação com o objetivo de construir um documento de avaliação capaz de expressar as diversas opiniões de seus delegados sobre o evento. Por razões de ordem particular ou de trabalho de cada um dos componentes da delegação, este encontro ainda não pode ser realizado. A Diretoria da APUBH divulgará oportunamente essa avaliação, bem como as deliberações do 21º Congresso assim que as mesmas forem disponibilizadas pela ANDES.

ATENÇÃO PROFESSORES

ABERTURA DE NOVOS GRUPOS DE AÇÕES JURÍDICAS RELATIVAS AO FGTS

A APUBH estará recebendo documentos e viabilizando o ingresso em juízo de novos grupos de ações de correção do FGTS. O Supremo Tribunal Federal reconheceu o direito dos correntistas aos expurgos inflacionários dos Planos Verão e Collor I, nos índices fixados pelo Supremo Tribunal de Justiça em 16,65% para o saldo do mês de janeiro de 1989 e 44,80% incidente sobre os depósitos existentes em abril de 90.

Para o ajuizamento da ação, é necessário que os interessados possuam saldo credor na conta vinculada do FGTS nos períodos de janeiro de 1989 e abril de 1990.

Informamos que vários professores que ingressaram com ações jurídicas, via APUBH, pleiteando as correções do FGTS relativos aos planos econômicos já estão recebendo os respectivos valores.

Caso tenha dúvida com relação a seu ingresso na justiça, via APUBH, basta nos ligar que consultaremos nosso banco de dados, evitando assim que providenciem os documentos desnecessariamente.

A DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA INGRESSO NA AÇÃO É A SEGUINTE:

01 - Extrato analítico da conta vinculada, dos seguintes meses:

- janeiro de 1989;
- abril de 1990;

OBSERVAÇÃO: Estes extratos devem ser requeridos de forma expressa, contra recibo, junto ao Banco depositário (CEF ou BBR), onde se encontrava a conta vinculada na ocasião dos expurgos. Informamos que não receberemos a documentação para ingresso na justiça sem os extratos analíticos ou sem o recibo protocolizado de solicitação dos extratos junto a instituição financeira.

02. Xerox autenticado dos seguintes documentos:

- CPF;
- Carteira de Identidade;
- Carteira de Trabalho, das seguintes páginas: onde se encontra a fotografia, a qualificação civil, o(s) contrato(s) de trabalho e a opção pelo regime do FGTS.

03. Procuração devidamente assinada e com firma reconhecida em cartório.

04. Assinatura do contrato de honorários advocatícios.

05. Declaração de Hipossuficiência Financeira.

ATENÇÃO: Procuração, contrato de honorários advocatícios e declaração de hipossuficiência financeira estão à disposição dos interessados na sede da APUBH (34417211), no PA Medicina - sala 2029 (3226 6991) ou em nossa home-page (www.apubh.org.br)

Estaremos recebendo a documentação necessária para o ingresso na justiça até o dia 03 de junho de 2002 (impreterivelmente)

Acordo de Correção do FGTS Proposto pelo Governo

A APUBH orienta seus associados a só aderirem ao acordo proposto pelo governo se tiverem um crédito inferior a R$ 2.000,00 (dois mil reais). Acima deste montante, quem aderir à transação sairá perdendo. Veja abaixo as razões para não aceitar a proposta do governo:

1) Não há nenhuma garantia concreta de que o governo quitará pontualmente sua obrigação, salientando que a maior parte da dívida será suportada pelo sucessor de FHC;

2) Os pagamentos serão feitos em parcelas semestrais, sendo a última prestação prevista para janeiro de 2007. As ações jurídicas do FGTS, por já estarem pacificadas, consomem, em média, 2 anos de tramitação;

3) O recebimento pela via judicial é feito em uma única parcela, creditada na conta vinculada do trabalhador, que pode ser imediatamente levantada por aqueles que não mais movimentam suas contas, como é o caso dos servidores públicos regidos pelo Regime Jurídico Único;

4) No acordo com o Governo, o valor expurgado é pago com um deságio que pode atingir 15%. Na demanda judicial, além da garantia da integralidade, o trabalhador receberá a diferença acrescida de juros de mora de, no mínimo, 0,5% ao mês, contados à partir da citação da Caixa Econômica Federal, gerando um incremento diretamente proporcional à duração do processo.

ALERTA

Solicitação de documentos de Ações Jurídicas em Andamento

Alertamos aos professores que ingressaram com ações jurídicas, via APUBH, que ao receberem telefonema solicitando documentos a serem anexados aos processos que o façam, o mais breve possível, para evitar a exclusão, pelo Juiz, de seus nomes das ações jurídicas por falta de apresentação de documentação.

RELATÓRIO FINANCEIRO RESUMIDO – ANO 2001

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Receitas	58.372,56	58.474,74	58.373,58	58.308,44	58.420,28	58.391,81	58.189,78	59.159,08	60.150,02	26.424,76	90.945,46	58.887,65
Total da Receita	58.372,56	58.474,74	58.373,58	58.308,44	58.420,28	58.391,81	58.189.78	59.159.08	60.150,02	26.424,76	90.945,46	58.887,65
Despesas												
Pessoal e Encargos	11.808,77	15.836,86	14.668,14	13.721,27	13.046,24	14.044,60	12.765,59	13.536,37	14.421,80	14.618,20	15.685,17	28.156,62
Serviços de Terceiros	4.862,82	6.104,74	6.241,95	5.849,57	6.564,79	6.693,26	6.337,19	5.158,94	9.231,81	8.721,19	9.074,891	1.919,82
Associações de Classe e Entidades	14.368,14	14.910,11	16.604,33	16.035,55	17.974,36	17.182,55	16.907,86	17.309,92	22.138,70	6.004,74	13.166,21	30.609,90
Representação	12.057,25	12.065,80	15.114,81	10.781,64	8.651,65	4.156,27	10.121,08	18.578,46	11.860,90	19.034,57	21.324,14	9.583,24
Jurídico	0,00	278,55	3.228,92	3.879,40	415,66	192,60	531,77	206,55	0,00	345,35	304,66	113,30
Publicações e Divulgações	0,00	11.587,54	14.293,20	13.245,55	12.833,40	20.379,72	5.013,70	5.017,50	13.520,90	18.057,70	15.210,67	9.943,26
Despesas Gerais	10.943,69	2.943,76	6.349,71	6.087,75	5.341,60	6.699,60	3.928,84	4.506,39	6.196,76	9.552,96	9.584,75	8.142,58
Material de Consumo	703,82	61,00	1.601,76	2.584,10	2.028,04	934,32	1.084,10	1.771,08	2.080,66	2.152,38	1.518,82	910,48
Material Permanente	0,00	210,70	2.467,00	0,00	11.000,00	189,00	2.080,00	0,00	310,00	197,00	0,00	0,00
Livros, Revistas e Jornais	50,47	545,27	467,87	1.001,87	461,08	169,00	158,08	219,40	58,31	683,62	457,71	622,00
Diversos	166,12	247,86	65,59	163,32	70,65	222,63	184,39	73,10	68,00	71,02	18,21	413,37
Total de Despesas	54.961,08	64.792,19	81.103,28	73.350,02	78.387,47	70.863,55	59.112,60	66.377,71	79.887,84	79.438,72	86.345,22	100.414,57
Saldo	3.411,48	-6.317,45	-22.729,70	-15.041,58	-19.967,19	-12.471,74	-922,82	-7.218,63	-19.737,82	-53.013,96	4.600,24	-41.526,92
Rendimento Bancário	1.665,81	1.954,72	1.737,68	1.829,59	2.996,29	1.388,35	1.597,72	3.946,58	2.866,21	17.790,19	169,90	82.244,98
Saldo Anterior	769.145,63	774.222,92	769.860,19	748.868,17	735.656,18	718.685,28	707.601,89	708.276,79	705.004,74	688.133,13	652.909,36	657.679,50
Saldo Disponíve	774.222,92	769.860,19	748.868,17	735.656,18	718.685,28	707.601,89	708.276,79	705.004,74	688.133,13	652.909,36	657.679,50	698.397,56

Obs: O Balanço detalhado está disponível na sede da APUBH



aPUBH
Associação Profissional dos Docentes da UFMG
Seção Sindical do ANDES - SN

DIRETORIA DA APUBH GESTÃO 99/01

PRESIDENTE: Beatriz Couto - 1ª VICE-PRESIDENTE: Ciomara Nunes
2º VICE-PRESIDENTE: Rodney Saldanha
1º SECRETÁRIO: José Antônio Armanelli
1ª TESOUREIRA: Otávia Fernandes - 2ª TESOUREIRA: Rosângela Carrusca
1º SUPLENTE: Maria Inês Toledo - 2ª SUPLENTE: Juliana Bastos

APUBH - Rua Artur Itabirano, 70 - São José - Pampulha - CEP 31275-020 - BH/MG
Tel:(0XX31) 3441 7211 - Fax:(0XX31 3441-1303
e-mail: apubh@apubh.org.br
home page: www.apubh.org.br

IMPRESSO

Discurso da professora Cida, candidata a Presidente da ANDES pela chapa

Uma NOVA ANDES é possível: plural e de luta,

no XXI Congresso da ANDES

Boa tarde a todos eu gostaria de chamar o companheiro Rubens Weyne, da ADURGS, Rio Grande do Sul, candidato a Tesoureiro, para fazer parte aqui da apresentação da nossa chapa.

Gostaria de justificar a ausência da companheira Helena Serra Azul, candidata a Secretária Geral desta chapa, por ter se ausentado deste plenário para participar de uma banca no Ceará.

Gostaria de chamar o companheiro Joviniano Soares de Carvalho, presidente da AD da Universidade Federal da Bahia, candidato a 2º Vice-Presidente, para se fazer aqui presente.

Chamo também a companheira Eliane Leão, da ADUFG, Goiás, Segunda Secretária, e o companheiro Sérgio Gonçalves, 3º Tesoureiro, da ADCEFET, Rio de Janeiro.

Eu gostaria de iniciar a minha intervenção dizendo que sou tomada aqui da emoção, porque acho que este é um momento histórico para o sindicato e talvez a emoção não me permita ser racional o suficiente para não deixar de emocionar, até porque esse é um momento que emociona a nós da chapa Uma NOVA ANDES é possível.

Quero iniciar dizendo e fazendo alusão a um intelectual, que foi sobretudo um revolucionário que pra mim simboliza muito – até porque me influencia bastante; uma figura extremamente frágil, fisicamente, mas uma pessoa também extremamente política, que foi um político como poucos. Eu gostaria de fazer uma intervenção aqui tendo por base o velho Gramsci, com quem tenho uma identificação política muito grande.

Ele dizia que o que o motivava, que a coisa que ele tinha mais prazer na política era encontrar um interlocutor, um interlocutor concreto. Ele só sabia fazer política com um interlocutor e a chapa que nós apresentamos hoje ao conjunto dos companheiros e que será levada a todos os cantos deste País é uma chapa com essa perspectiva, a perspectiva da interlocução política, da discussão nas bases do outro, o debate para que os professores se posicionem, para que a sociedade saiba que na ANDES existe uma alternativa do que está colocado aí, e que nenhuma hegemonia – eu volto a repetir neste plenário – está dada a priori. Pode até estar dada aqui, mas não está dada na base, no conjunto dos professores. E é esta a alternativa que aqui se coloca.

É com ousadia – e talvez essa ousadia até irrite, por que muitas vezes quando se é maioria não se gosta de ouvir o contraditório – que eu digo aqui que nós vamos enfrentar um debate político sim, companheiro Lucas, com todo respeito, com toda admiração que nós queremos ter pelo companheiro. Mas um debate político ferrenho, porque a primeira questão que se coloca é saber qual é o papel do sindicato nacional, na discussão política mais ampla que se apresenta.

Para nós, não é possível que o sindicato nacional se prenda apenas ao que está colocado aí, porque nós temos absoluta clareza de que dos destinos da universidade depende o destino do nosso País; temos absoluta clareza de que não é possível não enfrentar, de forma decisiva, a condição a que o nosso País está submetido, uma condição dependente, subalterna, servil, que coloca a maioria do povo brasileiro em condições de catar lixo para comer.

O nosso sindicato nacional tem a obrigação política de dizer à sociedade que tem projetos alternativos, sim, ao que está ai e o primeiro debate que nós trataremos será a discussão do Estado/Nação, do papel que hoje é colocado para o Brasil, de qual a importância da soberania nacional hoje, do papel do Estado – não esse Estado que está aí, que nós não queremos, mas o que promova o resgate da soberania de fato, retirando-nos da condição de subalternidade. Nós queremos dizer que a universidade exerce um papel fundamental neste processo.

Não é possível que Paulo Renato diga publicamente que o único papel que nos resta é o de repassadores de um conhecimento que já está dado lá fora e que nós não travemos essa discussão política, para que a Universidade, enquanto instituição; fundamente um projeto de desenvolvimento nacional, cumprindo o necessário papel de vincular o projeto de Estado e o projeto de Nação que nós queremos ter.

E é por isso que nós dizemos aos professores: sim, interessa essa discussão, e aí eu não poderia deixar de fazer referência à última greve que nós vivenciamos, talvez a maior da história deste sindicato. A maior não só do ponto de vista da adesão, mas do ponto de vista da unidade política, que a caracterizou, e essa unidade política, companheiros, tem que ser ressaltada apesar das divergências que existem.

O que caracterizou a greve foi a unidade contra o projeto neoliberal e o projeto do Fundo Monetário Internacional, que queriam impor uma derrota a um dos únicos setores neste país que resiste bravamente às implementações dessa política neoliberal e às operações que esse projeto conseguiu impor à universidade, mas que não tiveram suficiente força para derrotar a mobilização dos professores, que em greve tiveram os seus salários cortados, mas entenderam que era o momento de resistir, para não entregarem a universidade.

É com essa mesma disposição que nós vamos enfrentar a discussão e nós temos absoluta certeza de que na política, pelo debate, esta chapa ganhará o conjunto dos professores e será vitoriosa para dirigir uma nova ANDES. E ela será vitoriosa porque ela aglutina um leque de companheiros que lutam, um leque de companheiros que pertencem a diversas forças do campo democrático, mas sobretudo que se respeitam no debate político que se trava, que se respeitam não pela adesão, mas pela possibilidade do plural, pela possibilidade do diálogo e da interlocução.

Eu gostaria de dizer que talvez a história seja chamada a dizer que o novo não tem espaço, que o novo não tem história.

Eu gostaria de lembrar ao companheiro Lucas que em 1986, então Presidente do DCE da minha universidade, eu travava junto com os professores a luta política, nas ruas, nas passeatas.

História todos nós temos – a construção da ANDES só é possível por termos história.

E é por querer resgatar aquela ANDES que enfrentou a ditadura militar, aquela ANDES combativa, organizada e plural, é que nós trazemos a opção do novo sim.

Quero terminar lembrando aos companheiros que é incrível a força que as coisas parecem ter quando elas precisam acontecer.

E o novo precisa prevalecer na ANDES com a unidade do velho.

Mas o novo terá oportunidade, porque uma nova ANDES é reclamada pelo o conjunto da categoria docente.

Uma nova ANDES começa a se instaurar nesse Congresso e vocês tenham plena certeza que a fragilidade ou aparente minoria neste Congresso se revelará numa grande força política, que colocará a ANDES nos rumos de um projeto nacional, e que colocará a ANDES nos rumos de uma Universidade Pública, Gratuita, de Qualidade, Laica mas sobretudo que indique à sociedade caminhos, que aponta saídas.

Uma nova ANDES será realidade, em maio próximo. Companheiros, à vitória, por que esta chapa já é vitoriosa.

(Discurso de lançmento da Chapa 2 em 28/03/2002, transcrita do XXI Congresso da Andes)

Discurso do professor Lucas, candidato a Presidente da ANDES pela Chapa ANDES, Autônoma e Democrática, no XXI Congresso da ANDES.

Eu não poderia começar sem manifestar-me em relação à fala anterior da professora Cida, na qual houve referências elogiosas a meu respeito.

Gostaria de dizer que isso me sensibiliza; talvez não fosse sequer necessário explicitá-lo, mas, sem dúvida, de minha parte há, em relação à professora Cida, um enorme respeito, quanto à sua capacidade de luta, quanto à sua capacidade de liderança, quanto à sua capacidade formuladora e às suas próprias posições políticas. Gostaria de deixar isso bem claro. Tenho certeza de que nós faremos uma campanha em que haverá sempre a preservação do nível de diálogo necessário a um sindicato de professores universitários; tenho certeza de que sairemos desta campanha sem traumas pessoais, sem agressões e sem rupturas.

Gostaria também de dizer que o debate político deve ser, no nosso entendimento, feito até a raiz, sem agressões pessoais, mas com a absoluta explicitação de tudo aquilo em que divergimos. Sabemos que não somos antagônicos, sabemos que não somos inimigos uns dos outros; nós temos inimigos, sim, e que são muito fortes, e contra os quais precisamos combater permanentemente.

Eu não fugirei do debate. Há algumas – eu diria – provocações fraternas, algumas solicitações de manifestações que me foram feitas e que não deixarei de responder, pois isso não faz parte do nosso estilo.

Devo lembrar que este país teve um partido que se dizia o maior do Ocidente, que deu muito apoio à ditadura e que foi majoritário durante um longo período anterior à derrocada do regime militar, utilizando, entre muitos expedientes, a mudança das regras eleitorais antes de cada eleição. Talvez eu fosse injusto em relação à antiga Arena, antigo PDS, hoje PPB, se fizesse esta referência sem observar que talvez muito raramente eles tenham feito isso a três meses de um pleito.

Entendemos que regras devem ser mantidas e não podem ser mudadas ao sabor de qualquer conjuntura, quaisquer que sejam os argumentos empregados para uma alteração casuísta.

Em referência ainda a esse partido político, eu observaria que suas mudanças de nome e certamente também de identidade têm muito a ver com as tentativas que o velho sempre faz para se mostrar como novo, para fugir às dificuldades eleitorais que a manutenção da identidade às vezes acarreta.

Nós temos uma história, da qual nos orgulhamos muito. E, se dentre o que achamos que podemos oferecer como contribuição a esse sindicato inúmeros pontos podem ser evidenciados, eu destacaria em particular a coerência.

Nós dirigimos o ANDES ao longo da maior parte de sua existência. Nascemos em 1986, num embate em que nos colocamos entre aqueles que entendiam que este deveria ser um sindicato democrático, sem que se conformasse, em suas estruturas, a um modelo de federações que tanto contribuiu para o corporativismo sindical entre nós. Entendíamos também que deveríamos ser um sindicato autônomo. Nós somos os continuadores daqueles que, em 1986, não deixaram que esse sindicato se atrelasse à aventura da Nova República. Continuamos, ao longo do tempo, a defender essa autonomia e a defender a formulação das decisões coletivas pela manifestação da base.

Se nós nos reportarmos apenas ao que tem acontecido nos últimos anos – como nós temos uma história e entendemos que os nossos opositores têm também o direito de ter a sua – haveremos de ver que, em 1998, tomou posse uma diretoria que se apresentava como nova. Uma diretoria que, inúmeras vezes, no INFORMANDES e em diversos periódicos dos seus apoiadores, se referia sempre à nova ANDES. Enquanto se procurou criar essa "nova" ANDES, que representava antigas tradições burocráticas contra as quais lutamos desde 1986, nós, sem nenhuma ambigüidade, defendemos o ANDES velho de guerra.

Se alguma vez este sindicato tiver que optar entre o desacato e a subserviência, não tenho dúvidas de que preferiremos o desacato. Mas como essa disjuntiva raramente se apresenta, o que propomos para a condução cotidiana de nossas atividades é simplesmente a preservação daquilo que tem sido a marca da atual diretoria: a combinação da maior serenidade com a mais absoluta firmeza. Serenidade e firmeza que mostramos ao longo dos dois anos em que estivemos na oposição, assumindo quem nós éramos. Em 1998, um grupo se elegeu às custas de um discurso demagógico em que explorava com facilidade um certo sentimento de descontentamento que vigorava em relação à situação salarial dos docentes, sustentando que esta seria decorrente de uma suposta posição política prioritariamente a favor da defesa dos interesses dos servidores públicos federais, em detrimento dos interesses específicos dos docentes.

Estivemos, então e sempre, na defesa da diretoria 96/98, que foi sempre totalmente digna. Já no início da gestão passada, o INFORMANDES foi usado como um veículo de uma tendência, não como um jornal do sindicato; foi nas páginas do INFORMANDES que pessoas honradas foram agredidas e acusadas de condutas que são na realidade delitos, quando se falou especificamente que houve apropriação indébita de recursos do caixa nacional. Ao final, foram obrigados a se retratar, num Congresso em que eram absolutamente minoritários – e a acusação, espalhada para 80.000 pessoas, foi motivo de uma retratação impressa em 500 cópias distribuídas para os delegados do Congresso. Quando isso se fez nós mantivemos a serenidade e mantivemos também a firmeza.

Hoje, companheiros, quando temos uma questão delicada para ser tratada pelo nosso coletivo, não é outra a nossa atitude, não é outro o nosso comportamento: é preciso fazer menção à questão das contas deste sindicato; é preciso fazer menção, não para discuti-las aqui, que seria inadequado, mas para desconstituir um discurso muito fácil, de que não há garantia de direito de defesa para pessoas que estão sujeitas, não neste evento, mas em evento posterior, a sofrer algum tipo de sanção estatutária. E quando nós não propusemos que houvesse deliberação sobre isso neste Congresso, quando nós remetemos essa deliberação para o próximo CONAD, nós o fizemos para garantir o exercício do direito de defesa, que é absolutamente inquestionável. Faz parte da nossa história, faz parte do nosso comportamento garantir isso, e eu devo registrar, para não ser injusto com as atitudes daqueles que hoje clamam por esses direitos, que as considero louváveis. Se compararmos o que se diz hoje com um comportamento de três anos atrás, veremos que há uma evolução, certamente positiva; eu parabenizo todos aqueles, companheiros nossos, que hoje defendem o direito de defesa. Talvez eles tenham, na sua paixão – que a paixão às vezes exalta, como é natural nos convertidos – talvez eles tenham um entendimento um pouco perturbado a respeito dessa questão, mas de qualquer modo é profundamente salutar que tenha havido essa evolução.

Companheiros, nós tivemos, durante esses últimos dois anos, a mobilização deste sindicato, não a negociação de cúpula como muitas vezes se pretendeu fazer. Nós tivemos a mobilização da base, tivemos uma diretoria que foi sempre fiel às deliberações das nossas instâncias. Essa foi a nossa conduta, e continuará sendo.

Quando chegamos à atual gestão, encontramos um sindicato que tinha praticamente se esfacelado e que já não era um interlocutor junto ao conjunto das forças sociais à esquerda neste país, que era apenas interlocutor de gabinetes, como nos lembra muito bem o episódio das negociações com o ex-senador Antônio Carlos Magalhães e com o Ministro Paulo Renato.

Sucedemos a uma diretoria absolutamente omissa em relação à grande questão política da atual conjuntura: a Reforma do Estado e seus desdobramentos. Nós sabemos que essa reforma ameaçou e ainda está ameaçando perigosamente a universidade brasileira. Quando a gestão anterior assumiu, a reforma administrativa estava em andamento. Ao final do ano de 1998 foram promulgadas as emendas constitucionais 19 e 20. Não houve sequer divulgação para o conjunto do sindicato do que se estava passando no Congresso. Durante todo o ano de 1999 tramitou o Projeto de Lei nº57, que foi depois transformado na Lei 9962, ou Lei do Emprego Público. Quem publicou – me apontem, por favor – uma linha naquele jornal de corrente – não do sindicato – em que se transformou o INFORMANDES, que tenha minimamente divulgado isso? Não há uma palavra sequer, companheiros. E nós fomos capazes, em um período muito curto, de reverter a situação, em um momento em que muitos consideravam que a derrota diante da Lei de Emprego Público era já uma fatalidade. Propunham que deixássemos de lutar contra o Emprego Público, que procurássemos articulações capazes de fazer mediações de cúpula, para que viéssemos a aceitar alguma coisa daquele projeto e chegar a algo que fosse intermediário, para evitar o mal maior.

Nós demos a resposta que essa categoria, nos seus melhores momentos, sempre foi capaz de dar às políticas governamentais: nós dissemos NÃO: recusamo-nos a negociar essa questão e vencemos. Não é ainda uma vitória definitiva, porque sabemos que, justamente pelas múltiplas maneiras que o velho sempre tem de se fazer passar por novo, com toda certeza teremos pela frente ainda um trabalho enorme, em relação, sobretudo, ao disfarce que hoje está se adotando na tramitação e na continuidade da Reforma do Estado, especificamente naquilo que tem a ver com o Projeto de Lei de Inovação Tecnológica. E diante disso, companheiros, a resposta que daremos é aquela que sempre demos. Não temos porque barganhar em torno disso, não vamos negociar na cúpula. Se um dia nossas bases entenderem que se deve fazê-lo, nós cumpriremos.

Mas temos certeza de que as bases deste sindicato haverão de ser capazes de resgatar a sua história, e é justamente o resgate dessa história, que começou na atual diretoria, que haveremos de continuar. Eu não traria para vocês um discurso fácil de dizer que já ganhamos. Nós ganharemos se houver mobilização. Embora não seja certo que haverá vitória, acreditamos que isso é muito provável, entre outras coisas porque onde houver um professor neste país haverá alguém que saberá – sem ser injusto, sem dizer que esteja sendo procurado algum tipo de acordo escuso ou que nossos opositores vão fazer esse tipo de articulação – mesmo assim saberá quem vai ser, nas próximas eleições, o grupo que terá a preferência do Ministro Paulo Renato. E é por isso, dentre outras coisas, que nós acreditamos que temos muitas razões para otimismo.

Eu terminaria conclamando a todos para que participem, com aquela bela maneira de participar que sempre foi a nossa, com democracia, com emoção, e com razão. Participem dessa luta de todos nós para fazer com que este sindicato não retorne ao que foi o seu triste percurso entre os anos 1998 e 2000. Eu conclamo a todos para essa luta, para não apagar o futuro.

(Versão Corrigida pelo autor)